

# A 'pacificação' em ato: Uma análise do espaço dos 'Cafés Comunitários' em dois perímetros de UPP na cidade do Rio de Janeiro

**Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues**

*Doutorando do Iesp/Uerj*

**Maria Isabel MacDowel Couto**

*Doutora pelo Iesp/Uerj*

Recebido em: 13/05/2014

Aprovado em: 08/04/2015

Tendo pouca regulamentação, as UPPs são antes um experimento do que uma política de segurança pública. Isso posto, o objetivo deste artigo é analisar o espaço e a situação dos "Cafés Comunitários", que enxergamos como reuniões de interlocução entre diversos atores nas quais o comando da unidade policial – de forma proativa ou não – é colocado na posição, mesmo que muitas vezes ambígua, de liderança local. Assim, contribui para a compreensão da maneira como se processa na prática esta que é entendida como uma política de segurança pública inovadora voltada para a "integração" dos "territórios de favela" ao "conjunto da cidade" do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** UPPs, Café Comunitário, experimento, política pública, cidadania

With a minimal institutional regulation, the "UPPs" are rather an experiment than a public security. Therefore, the aim of the article **The 'Pacification' in Act: A Analysis of the Space of the 'Community Cafes' in Two UPP Perimeters in the City of Rio de Janeiro** is to analyze the space and situation of the "Community Cafes", which we see as interlocution meetings between several actors in which the command of the police unit – proactively or not – is placed in the position, even if often ambiguous, local leadership. Thus, it contributes to the comprehension of the way in which this is carried out in practice, which is understood as an innovative public security policy aimed at the "integration" of the "favela territories" into the Rio de Janeiro's "city as a whole".

**Keywords:** UPPs, Community Breakfast's, experiment, public policy, citizenship

## Introdução

**A** pesar de sua enxuta normatização legal (CANO et alii, 2011), o "experimento das UPPs" (RODRIGUES e SIQUEIRA, 2012) vem se projetando na arena pública como um inovador modelo de segurança pública: Hoje, já são 38 unidades instaladas no estado do Rio de Janeiro, sendo que apenas uma delas encontra-se fora da sua capital<sup>1</sup>. Ao longo de sua expansão, um discurso vem se tornando hegemônico, cujas difusão e propagação encontramos, grosso modo, nos meios de comunicação de massa, na legislação que a ele se aplica e nos pronunciamentos de seus porta-vozes oficiais.

De acordo com essa "ideologia dominante"<sup>2</sup>, a força policial é o carro-chefe da "integração" da cidade, em um movimento (virtuoso e inexorável) de absorção, por parte do "asfalto" ou das instituições da "cidade formal", de territórios historicamente marcados pela violência e definidos pela

ausência<sup>3</sup>. Nessa retórica, assume protagonismo, por um lado, a promessa de expansão (qualitativa e quantitativa) de serviços públicos e privados e de “gentrificação”<sup>4</sup> de bairros e localidades antes “degradados” do ponto de vista urbanístico e social. E, por outro lado, destacam-se estratégias de estímulo à “formalização” e à expansão de negócios e empreendimentos comerciais, estratégias estas que podemos identificar com o “empreendedorismo como ideologia” (DIAS e WETZEL, 2010) ou, dito de outro modo, com o par “empregabilidade/empreendedorismo” como mecanismo de “convencimento ideológico” (MACHADO DA SILVA, 2002) no contexto de gestação e difusão de um “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

Tomando esse discurso dominante como pano de fundo e contraponto, este artigo, a partir dos métodos consagrados das ciências sociais (observação participante e entrevistas em profundidade), analisa o espaço dos “Cafés Comunitários” (doravante, apenas *Café* ou *Cafés*). Em termos gerais, concordamos com Frank Davies (2014) em sua definição dos *Cafés* como:

Reuniões “comunitárias” organizadas pelos comandos militares [que] possuem frequência mensal e costumam agrupar representantes de diferentes órgãos públicos, do setor privado e de organizações comunitárias, além de outros moradores e do comando da polícia (DAVIES, 2014, p. 28).

No entanto, como veremos adiante, a nossa compreensão dos *Cafés* torna-se um pouco mais abrangente na medida em que inclui um caso em que a reunião não é organizada e presidida de fato pelo comando da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), mas na qual as próprias organizações comunitárias locais buscam reproduzir as experiências desse tipo de reunião em outras áreas, convocando o capitão a assumir um papel central. Nesse sentido, enxergamos os *Cafés* como reuniões de interlocução entre organizações comunitárias locais, UPP, gestores públicos, representantes de iniciativas privadas, de organizações não governamentais (ONGs) e projetos sociais diversos, nas quais o comando da unidade policial – de forma proativa ou não – é colocado na posição (mesmo que muitas vezes ambígua) de liderança local.

É importante ressaltar que o artigo aborda o desenvolvimento de *Cafés* em duas áreas de UPPs com o intuito de oferecer uma “ilustração” (WEBER, 2009, p. 109) de processos mais gerais que vêm se desenrolando atualmente nas favelas “pacificadas” da cidade do Rio de Janeiro. Todos os nomes (de pessoas, instituições, lugares etc.) aqui mencionados são fictícios, com o intuito de preservar a identidade de nossos interlocutores.

Com nossa análise recaindo fundamentalmente na *situação* dos *Cafés*, adotamos como referencial teórico-metodológico, por um lado, o interacionismo simbólico de matriz goffmaniana (GOFFMAN, 1985; GASTALDO, 2008; MARTINS, 2008), e por outro, a abordagem performativa

dos rituais (PEIRANO, 2001). Isso significa dizer que pressupomos que os indivíduos estejam constantemente engajados em processos de definição das situações por meio das quais interagem cotidianamente (processos estes perpassados por relações de poder e sempre delicados por estarem sujeitos a “embaraços” e “mal-entendidos”). E que os *Cafés* constituem um espaço e um momento rituais no sentido preciso (porém flexível) de que, sendo estáveis e formados por uma certa ordem que os estrutura, porque já recortados em termos nativos, concentram, intensificam, amplificam e destacam papéis, performances e relações presentes e usuais no interior da vida cotidiana.

A partir desse ponto de vista, os *Cafés* tornam-se espaços e momentos privilegiados para a análise do cientista social interessado na maneira pela qual se processam as relações cotidianas entre os atores que lá realizam suas performances e interações. Mas, como muitos fatos decisivos estão para além do “minúsculo sistema social da interação face a face” (GOFFMAN, 1985, p. 21), realizamos entrevistas semiestruturadas com alguns atores. Além disso, recorreremos às informações, contatos, observações e reflexões que acumulamos ao longo da nossa experiência de trabalho<sup>5</sup> no programa UPP Social.

O trabalho é dividido em cinco seções. Na primeira, tecemos algumas considerações introdutórias sobre as duas áreas de pesquisa; na segunda, falamos um pouco do nosso “lugar no campo”; na terceira e quarta partes, analisamos os espaços dos *Cafés* em ambas as localidades para, ao final, construirmos breves notas comparativas e conclusivas.

### **As localidades de pesquisa: notas introdutórias**

As áreas de UPP que tomamos como objeto da análise são muito distintas entre si em uma série de aspectos que irão adquirindo relevo para o leitor à medida que a exposição for avançando. Ainda assim, cabe tecer algumas palavras introdutórias. De um lado, temos a “UPP H” que abrange cinco áreas de favela e abarca de 5 a 6 mil habitantes<sup>6</sup>. De outro, encontramos a “UPP M” que conta com seis perímetros de favela e cobre uma área com pouco mais de 15 mil habitantes. Ambas foram inauguradas no primeiro semestre de 2011.

No primeiro caso, nossa pesquisa limitou-se a apenas uma área de favela, que chamaremos de “favela Horizonte”. Ela se destaca das demais por possuir uma associação de moradores relativamente bem estruturada em termos de infraestrutura física e material e uma quantidade relativamente grande de “projetos sociais” e grupos organizados internamente.

De acordo com as três entrevistas que realizamos com a atual presidente da associação (que chamaremos de Tamara), com o ex-presidente (que chamaremos de Fernando) e com a ex-vice-presidente da associação de moradores (e atual “coordenadora local” de um “projeto social” de

Reciclagem), que chamaremos de Anna, o prédio em que esta funciona foi construído aos poucos ao longo dos anos. Hoje, dispõe de 17 amplas salas que são tanto utilizadas para a gestão da associação propriamente dita, quanto alugadas para projetos sociais (do “terceiro setor” ou do próprio poder público) ou para atividades comerciais (como padaria, armazém, restaurante etc.).

Além do referido projeto social de Reciclagem (que ocupa uma das salas do prédio da associação de moradores e é financiado pelo instituto social de uma multinacional do ramo alimentício), estão sediados na favela Horizonte: Um coletivo (que chamaremos de Coletivo Juventude) cujo fundador (que chamaremos de Cristian) desenvolve diversos “projetos sociais” (da revitalização de áreas e praças públicas até atividades de dança e informática etc.) desde o início dos anos 2000; uma ONG voltada para ações de sustentabilidade e meio-ambiente (que chamaremos de ONG Florescer); um Grupo de Dança e um coletivo (que se pretende) de apoio e de aglutinação dos moradores de favela da região (cujo fundador, Fernando, foi presidente da associação de moradores por dois mandatos); um coletivo (que chamaremos de Grupo Prev., o qual abriga igualmente aquele projeto de reciclagem) voltado para ações de prevenção de doenças e promoção da saúde; um “Clube dos Homens” (coletivo com cerca de 20 homens), que é responsável pela gestão do espaço de um amplo campo de futebol localizado na parte mais alta da favela); dentre outras iniciativas governamentais (como o projeto Sesi Cidadania, a AgeRio etc.). Estas são as pessoas mais protagonistas desses grupos e que reivindicam para si o papel e o lugar de “lideranças comunitárias” que serão por nós assim alcunhadas ao longo da exposição.

A favela localiza-se em um morro de alta declividade e conta com pouco mais de 2 mil habitantes (embora moradores e lideranças falem em uma população de 6 a 7 mil pessoas). No largo fixado no fim da sua principal via carroçável de acesso, encontramos um conjunto de (cerca de 5) contêineres que fazem as vezes de sede física da UPP H, ao lado da qual localiza-se a Quadra do Largo, um dos principais espaços da favela em termos da sua dinâmica interativa cotidiana. Já as demais áreas de favela que fazem parte do perímetro da UPP H ou não têm associações de moradores ou as têm há muito pouco tempo (o que é um sinal, senão inequívoco, ao menos sugestivo de menor densidade relativa dos tecidos associativos locais), de modo que os setores organizados da favela Horizonte pouco dialogam com aquelas demais áreas.

No segundo caso, as seis áreas de favela são contíguas e formam um mesmo *complexo* (que chamaremos simplesmente de “complexo de Morros”), abarcado em sua totalidade nesta pesquisa. A sede da UPP M é relativamente melhor estruturada, consistindo um pequeno edifício de dois andares erguido especificamente para abrigar a sucursal administrativa da unidade de polícia local. Em comparação com as favelas da UPP H, as favelas da UPP M são mais precárias sob qualquer ponto de vista de desenvolvimento urbanístico e social, e contam com um total de cinco associações de moradores – sendo que há uma sexta que, representando

um dos bairros em que se localiza o complexo, mantém contato com as suas associações. Dessas, uma consiste de uma entidade que se pretende união das demais, não se restringindo a nenhuma área de favela específica, mas se erguendo (ao menos do ponto de vista formal) como representativa de todo o complexo. O presidente desta entidade, Francisco, a compõe praticamente sozinho e tem uma atuação constante como tal, sendo morador de uma das áreas de favela que compõem o complexo. Das demais associações, uma está desativada (e corresponde à área de favela mais precária do complexo, que chamaremos de “favela do Gás”) e outra tem uma representação que pouco participa da vida associativa do complexo. Há ainda outra, que representa uma parte de uma área de favela formalmente reconhecida e tem como presidente Ronaldo, que mora na favela do Gás e cuja atuação é análoga à de Francisco. Por fim, temos a associação de moradores da “favela Aurora”, associação esta que, dentro do complexo, atua como uma espécie de referência para toda as outras<sup>7</sup>.

Os *Cafés* na UPP M ocorreram mensalmente desde fevereiro de 2013 – com exceção de junho – de modo que pudemos participar de cinco reuniões. Elas são marcadas pelo seu capitão e ocorrem na sua sede principal. Já na UPP H, a agenda existe sob uma forma totalmente diversa – como veremos no detalhe.

Por fim, cabe salientar que durante toda a nossa pesquisa não houve troca de comando em ambas as UPPs. A UPP H ainda estava sob a gestão de seu primeiro comandante, que chamaremos de capitão Olavo, e na UPP M, o primeiro deixou o cargo no segundo semestre de 2011, dando lugar ao segundo capitão, que chamaremos de Robson.

### **O lugar no campo: pesquisador/a e agente público**

Antes de adentrar na análise da situação dos *Cafés*, é preciso realizar uma breve reflexão sobre a nossa inserção no campo de pesquisa. Como dito anteriormente, ambos os autores deste artigo trabalhamos na UPP Social, mais especificamente como membros das equipes de campo deste programa. Em momentos diferentes, nós dois compusemos o grupo que atuava as áreas de UPP cujos *Cafés* analisaremos. A coautora deste artigo atuou como assistente local nessas áreas entre os meses de outubro de 2011 e julho de 2012, bem como ocupou o cargo de supervisora da equipe que ali trabalhava entre setembro de 2012 e abril de 2013. O coautor, por sua vez, foi gestor da equipe local de setembro de 2012 a julho de 2013, e, portanto, no momento da pesquisa, ainda realizava atividades cotidianas relativas à UPP Social em ambas as áreas de UPP.

Essa inserção institucional teve implicações concretas para a nossa pesquisa, tanto pelos papéis que desempenhávamos em campo quanto pelas relações que ali construímos. Para compreender melhor essas implicações, é necessário realizar uma breve explicitação do que era a UPP Social<sup>8</sup> e de como atuavam as equipes de campo.

Em termos gerais e legais<sup>9</sup>, a UPP Social foi criada pela prefeitura para complementar os esforços de “integração” da cidade iniciados pela política das UPPs. Sua principal função seria a de coordenar as políticas sociais e serviços públicos municipais nas áreas de UPP, dando, portanto, sustentabilidade à política de “pacificação”. Na prática, a gestão de Ricardo Henriques à frente do programa buscou construir um novo modelo de gestão de políticas sociais baseado em informação qualificada, otimização dos recursos públicos e participação das populações envolvidas<sup>10</sup>.

Neste contexto, as equipes de campo ocupavam um papel central para o programa, na medida em que deveriam gerar informações qualificadas sobre as favelas “pacificadas”, bem como incentivar a participação dos moradores na elaboração e execução das políticas sociais coordenadas a partir da UPP Social. Tais objetivos tiveram implicações para a prática concreta das equipes de campo.

Destacava-se, em primeiro lugar, o fato de que elas não possuíam base fixa nos territórios. Isso ocorria porque a ideia era a de que os integrantes das equipes conhecessem o máximo possível da geografia física e política das favelas em que atuavam, o que exigia circulação constante e contato significativo com os moradores. Como parte da gestão territorial, nossa atividade era, portanto, fundamentalmente “estar em campo”, e como os gestores e assistentes locais do programa quase sempre eram pessoas de fora da favela (isto é, não moradoras), havia um trabalho inicial que era o de se apresentar a pessoas (e em instituições e espaços) importantes da vida local (associações de moradores, redes locais, ONGs, igrejas, equipamentos públicos entre outros).

De forma bastante geral, a apresentação de nós mesmos e do programa, nas favelas abordadas neste artigo, causavam dois tipos de reações e, conseqüentemente, de relações. Não raras vezes, ao utilizar o nome “UPP Social”, éramos rapidamente associados e confundidos com policiais, o que gerava bastante desconfiança quanto a nossa “verdadeira identidade” – se agentes da prefeitura ou policiais disfarçados. Nestes casos, a aproximação com os moradores era bastante prejudicada e tendia à superficialidade. Essa reação era bastante mais forte nas favelas da UPP M, onde a relação entre traficantes e policiais permanecia (muito) conflituosa, e onde houve um escândalo de envolvimento do comandante da UPP com o tráfico local. Não ajudou para o esclarecimento dessa confusão entre UPP e UPP Social o fato de que muitas equipes de campo, visando sua própria segurança em áreas de maior conflito entre policiais e traficantes, evitavam a

utilização do nome do programa. A omissão podia ajudar inicialmente, porém, com a permanência do trabalho de campo, ela tendia a ser exposta, gerando desconfianças quanto à identidade de seus membros. É inegável que havia, dentre muitos moradores, uma desconfiança de que os agentes da UPP Social seriam, na verdade, policiais disfarçados com a finalidade de gerar informações para o serviço de inteligência da UPP.

No entanto, quando conseguíamos explicar o funcionamento e os objetivos do programa, sanando dúvidas sobre a nossa distinção da UPP, éramos vistos, em geral, como potenciais vias de encaminhamento e resolução de demandas clássicas (acúmulo de lixo, áreas de risco, reforma de praças, quadras e campos, saneamento básico, iluminação pública etc.) e também como parceiros que poderiam, de alguma forma, ajudar a construir agendas em conjunto (como mobilizar para reuniões, propor ações intersetoriais com gestores públicos da ponta etc.).

No geral, portanto, éramos vistos (mesmo quando nos apresentamos apenas como pesquisadores ou amigos das pessoas e das favelas) como parceiros em potencial que poderiam “ajudar com alguma coisa, de alguma maneira”, ou com alguma desconfiança sobre nossa “verdadeira identidade” (por parte de quem ainda não nos conhecia e descobria que trabalhávamos na UPP Social). Não é nada desprezível, também, que acabamos construindo relações pessoais e de confiança com determinadas pessoas, o que ultrapassa os limites da pura e instrumental relação profissional.

Foi ocupando este lugar ambíguo que demos início ao nosso trabalho de campo. Não tendo um papel ou uma função definida com contornos claros e nítidos, nossa identidade na interação com nossos interlocutores foi, portanto, bastante ambivalente. Ainda assim, tivemos papéis inteiramente diferentes no desenrolar do espaço do *Café* naquelas duas áreas. No caso da UPP M, nossa participação restringia-se à participação do momento e do espaço da reunião. Como veremos, a maioria absoluta dos atores presentes nas cinco reuniões de que participamos eram membros ativos de alguma instituição local, de modo que mantínhamos contato com eles com alguma frequência em função do nosso trabalho como gestores públicos. Tanto aqui quanto no caso da UPP H, todos sabiam da nossa dupla inserção: pesquisadores e gestores. Mas, como veremos também, no caso da UPP H, nós participamos ativamente da construção da agenda do “Café Comunitário”, o que não ocorreu no caso da UPP M. Aqui, nos restringimos a participar dos encontros em uma função mais espectadora que proativa, embora trabalhássemos no sentido tanto de encaminhar (para os órgãos responsáveis) as demandas comunicadas nas reuniões quanto no sentido de convidar representantes de agências do poder público para participar do espaço do *Café*.

Procederemos, agora, às análises (em separado) do espaço dos *Cafés* nas UPPs M e H para, posteriormente, ao tecermos algumas observações comparativas, construirmos nossas considerações finais. Abaixo, um pequeno quadro sintético com informações pontuais acerca das duas áreas de UPP (Quadro 1).

Quadro 1 – Apresentação das UPPs estudadas

	UPP M (perímetro)	UPP H (perímetro)
Inauguração	1º semestre de 2011	1º semestre de 2011
Número de favelas	6	5
Associação de moradores	5	1
Quantidade de moradores	15 a 20 mil	5 a 6 mil
Gênese do <i>Café</i>	UPP e associação de moradores	Instituições locais**
Periodicidade do <i>Café</i>	Reuniões mensais de fevereiro a julho*	Houve 1 <i>Café</i> ***

\*Em junho, não houve reunião.

\*\*Falamos de “instituições locais” no sentido acima destacado (e exemplificado) de “grupos organizados internamente” (o que envolve, mas extrapola, a tradicional associação de moradores).

\*\*\*Ocorrido em meados de maio (de 2013).

### O espaço do *Café* Comunitário na UPP M

Um dos elementos mais importantes para a compreensão das dinâmicas e relações que pretendemos destacar a partir da análise dos *Cafés* da UPP M consiste das diferentes interpretações sobre a gênese deste espaço. Em conversas travadas com o capitão da UPP M, pudemos identificar com clareza a narrativa por ele construída para conferir sentido ao (e descrever a gênese do) espaço do *Café*. Segundo Robson, o processo de ocupação do complexo de Morros foi realizado “às pressas e sem planejamento”, sem o necessário trabalho prévio de “apreensão de armas, drogas e bandidos” que possibilitaria o desempenho mais rotineiro de ações de estabilização da UPP por parte da polícia. À falta de planejamento agregou-se, ainda segundo ele, a questão de que a favela Aurora seria o paiol da facção criminosa que ali estava instalada, o que por si só tornava aquela ocupação uma operação complicada, em função da maior força do tráfico de drogas na região. Para dificultar ainda mais o trabalho da UPP, prossegue Robson, houve o “escândalo de corrupção” do capitão anterior, o que levou ao afastamento deste para sua assunção do cargo no segundo semestre de 2011.

Diante do desafio encontrado, explicou o capitão, sua decisão foi a de focar em um “trabalho mais operacional”, em um “trabalho estritamente policial”. Assim, sua UPP procedeu por cerca de um ano e, em 2013, seu objetivo era enfim o de complementar aquele trabalho por meio de maior “aproximação com a comunidade”. Neste intento, o capitão primeiramente destacou o trabalho dos soldados de proximidade para conseguir que “projetos cheguem para a população”. Em uma conversa, o capitão diz que chega perto de “seus soldados de proximidade”, quase todos mulheres, e indaga (para “pressioná-las”): “Senhoras, e os projetos?!” Esta fala nos deixa entrever que a representação de gênero informa o discurso (como prática) do capitão, que acaba por delegar “atividades comunitárias” às mulheres, deixando as tarefas “mais dinâmicas e operacionais” para os homens. Esta evidência abre um rico terreno para aprofundamento empírico e teórico, mas não nos compete, aqui, empreender esta análise. Basta dizer que, corroborando as assertivas presentes em Brandão (2013), nós pudemos observar, na UPP H tanto quanto na UPP M, que as mulheres estão sobrerrepresentadas nas funções administrativas e nas atividades tidas como “de proximidade”, como organização de colônia de férias, festa de natal, festa junina e eventos afins.

Os soldados de proximidade são orientados também para o trabalho de “mediação de conflitos” e, fundamentalmente, para a realização das reuniões de “Café Comunitário”. Assim sendo, o capitão tem o *Café* como um esforço complementar ao trabalho policial, por meio do qual ele ocuparia o lugar de intermediador entre a população local e agentes públicos e privados importantes para o desenvolvimento local ou até mesmo o de porta-voz das favelas em face desses agentes. Ele se engajou em um esforço deliberado de transformação da UPP M em uma instituição capaz de sintetizar e mobilizar simultaneamente dois repertórios prático-cognitivos distintos, mas complementares:

O tradicional “repertório da guerra”, que prioriza o conflito violento com as quadrilhas de narcotraficantes; e o “repertório do social”, que prioriza a ação preventiva, por meio do desenvolvimento de atividades visando, entre outros objetivos, à diminuição do envolvimento das pessoas com a criminalidade (TEIXEIRA, 2015, p.78).<sup>11</sup>

Por outro lado, em entrevistas que realizamos com Francisco, Raimundo e José<sup>12</sup>, o discurso que retrata a gênese da agenda do “Café Comunitário” é outro. Para Francisco, o *Café* “é puxado pela UPP, mas foi uma imposição da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) ao comandante” em razão das constantes reclamações feitas por ele próprio, pessoalmente, a um major daquele órgão. Essas reclamações estariam relacionadas à atuação de um grupo de policiais da UPP que operaria vários “abusos e truculências” na abordagem e no trato com moradores. As reuniões do *Café* teriam surgido, portanto, como determinação superior à UPP para que fossem discutidas questões relativas à segurança pública. Já Raimundo e José afirmaram que a ideia do

*Café* surgiu deles, juntamente com Francisco, e foi apresentada ao subcomandante da UPP. Para eles, a proposta derivou de problemas que estavam sendo causados pela Light (empresa responsável pela distribuição de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro) e eles viam no espaço do *Café* uma maneira a mais de pressionar esse órgão.

Essas distintas expectativas acerca da situação do *Café* da UPP M puderam ser testemunhadas por nós na primeira reunião que acompanhamos, o que nos mostra, de saída, como o “Café Comunitário” (entendido como espaço e momento rituais) condensa e encena (em um jogo de representações e dramatizações) interações e dinâmicas difusas ao longo do transcorrer da vida cotidiana. Nessa reunião, ocorrida em fevereiro de 2013 na sede da UPP, esteve presente um major da CPP (o mesmo que Francisco disse ter contatado para pressionar pela realização do *Café*) – logo, uma figura que não participa do cotidiano da favela e não está familiarizada (ao menos não tanto quanto os presentes) com o complexo, suas favelas, seus atores e suas questões. Diferentemente do padrão estabelecido nas reuniões seguintes, nesta, os presentes participaram sentados distribuídos em cadeiras que ocuparam as duas paredes laterais e os fundos da sala (não estando, pois, escolarmente distribuídos, mas podendo olhar-se de frente uns para os outros). Na outra parede – oposta àquela dos fundos – esteve, sentado, o major e, de pé, o capitão<sup>13</sup>. Houve uma apresentação por parte dos presentes e uma pequena explicação, por parte do major, acerca da ideia daquele espaço (que seria voltado para a discussão de temas relativos à polícia e ao “desenvolvimento local” de maneira mais geral). Mas, para além das trocas de ideias que houve entre os gestores públicos presentes e os moradores/lideranças acerca dos problemas de luz, água e saneamento básico da região, o que mais chamou a atenção de todos (e o que mais ocupou o tempo da reunião) foram as falas veementes de Francisco sobre a existência de policiais agindo “sem identificação” e “mascarados”, realizando várias abordagens “abusivas e truculentas”. Francisco ainda muito falou – ao que fizeram coro os outros líderes – acerca das dificuldades (impostas pela UPP) para a “realização de eventos” nas quadras e espaços públicos de favelas e acusou o capitão de “não conhecer nem andar na comunidade”.

Após essa primeira reunião, em que se destacaram as relações conflituosas entre UPP e lideranças destas favelas e em que as principais queixas dirigiam-se ao funcionamento da unidade policial, o espaço do *Café* estruturou-se da maneira bastante diferente e sem variações significativas. Em geral, estiveram presentes as mesmas pessoas: policiais, representantes da UPP Social, do Territórios da Paz (programa do governo do estado, análogo à UPP Social), presidentes de associações de moradores, gestores públicos diversos, representantes de ONGs e alguns poucos moradores sem vinculações institucionais. E em todas elas, o capitão da UPP M ocupou o papel de destaque (falando na maior parte do tempo, de pé e à frente do público por todo o momento de interação).

Nesse sentido, independentemente das versões quanto à gênese do *Café*, quem organiza a sua agenda é a UPP, a qual invariavelmente convida os atores que considera indispensáveis à reunião. Ademais, cerca de 15 dias antes do “Café Comunitário” propriamente dito, a UPP faz uma reunião apenas com os representantes das associações de moradores para se informar acerca dos principais problemas da região e convocar para o *Café* os gestores públicos responsáveis pelas demandas ali levantadas. Com isso, já podemos entender, em primeiro lugar, que a *situação* da reunião do *Café* tem seus contornos pré-definidos naquele primeiro encontro<sup>14</sup>. Por outro lado, também fica claro que o espaço do *Café* não é projetado (pela UPP) para discussão de temas relativos ao policiamento local, mas, antes, é construído sob o discurso da tentativa de produzir um espaço de diálogo entre gestores públicos e população local para fins de resolução de demandas variadas. Além disso, por ocorrerem na sede da UPP em dias de semana pela manhã (horário comercial, portanto), as reuniões contam com a presença apenas daquelas pessoas mais diretamente envolvidas com a dinâmica associativa local – que, neste caso, é constituída basicamente pelas associações de moradores do complexo.

As reuniões ocorrem precisamente no auditório da sede principal da UPP, localizado no primeiro de seus dois andares. A sala é organizada para as reuniões de maneira escolar: à frente, o capitão, de pé, fala e dá a palavra e, sentados à sua frente (mas, de costas uns para os outros), moradores, lideranças e gestores públicos falam (quando permitido pelo capitão) e ouvem. Os presentes ocupam seis fileiras de cadeiras, organizadas como em salas de aula tradicionais, e mais duas que cobrem as duas laterais do auditório. Afixado na parede situada às costas do capitão, um amplo *banner* colorido expõe a imagem de duas crianças (uma ao lado da outra) descalças, de costas e sem camisa, no alto de um morro, soltando pipa. Na parte inferior do cartaz, ao lado do logo da UPP M, expõe-se a seguinte frase: “Imagine uma nova história para a sua vida e acredite nela”. No geral, cerca de quatro policiais participam das reuniões e ficam perto uns dos outros, sentados em uma das fileiras laterais – apenas os soldados de mediação e proximidade (três ao todo) sentam-se à parte dos colegas, na outra fileira lateral, ao lado dos civis. A mera descrição deste formato geral já nos deixa entrever que as reuniões do *Café* têm um caráter mais pedagógico que dialógico, com destaque para a figura do capitão – que se põe em um lugar de coordenação da interação e definição da situação.

Assim, ao focar nas “questões sociais”, nada ou pouco se fala sobre o trabalho estritamente policial, o qual, aliás, está presente de maneira dramática no cotidiano da favela<sup>15</sup>. É digno de nota, ainda, que, ao longo das reuniões, o discurso acerca da atuação do poder público muda radicalmente. Se no início o capitão fala em “abandono da comunidade” e ameaça recorrer ao secretário de Segurança para fazê-lo cobrar dos órgãos competentes a resolução dos problemas locais, na última reunião, a sua fala é de agradecimento àqueles órgãos, de que “o que não está sendo resolvido está em

vias de ser” e que “não cabe mais” o discurso de que “a comunidade está abandonada”, com as devidas considerações sobre a responsabilidade dos moradores pelo bem-estar local: “não tem só dever, tem direito também!” – ouvimos muitos dizerem. Este, aliás, foi tema recorrente nas reuniões: a necessidade de união e de comprometimento, por parte dos moradores, com o desenvolvimento do complexo. Neste sentido, o capitão não só passa vídeos educativos como parece entender a UPP como um foco irradiador dessa nova maneira de lidar com o complexo, de uma necessária mudança de hábitos – e conclama as lideranças a ajudarem-no nessa espécie de “missão civilizatória”.

Por fim, cumpre destacar que o processo de desenvolvimento dos *Cafés*, no qual claramente impõe-se a visão do comando da UPP, não se dá sem consequências no que diz respeito à atuação dos líderes associativos que antes disputavam os significados desses encontros. As posturas anteriormente propositivas e combativas de Francisco, Raimundo e José transformaram-se em participações mais secundárias, dando a impressão de simples conformidade com um evento formal inescapável, mas pouco ou nada significativo em termos de resolução de demandas práticas. Em conversa com Raimundo e José, os mesmos avaliaram que o *Café* não é produtivo em decorrência da baixa participação de moradores e da eliminação do tema da violência policial. Eles enfatizaram que os gestores que comparecem ao *Café* já são “parceiros” de longa data e que não precisam daquele espaço para contatá-los, o que fazem pessoalmente já há muito tempo. Disseram que “o que a gente espera do café é uma obra de grande complexidade... Manutenção a gente não tem dificuldade... Ele [*o capitão*] tem que brigar por isso, ele tem ferramenta para lidar com isso”. Segundo esses interlocutores, “o café deveria envolver os moradores e deveria ser para o morador avaliar o trabalho da polícia... a polícia tem que saber ouvir”. E, com isso, repudiam a postura do capitão de se colocar como uma espécie de “dono do morro” (a expressão é deles), inclusive afirmando enfaticamente que não permitirá a existência de uma quadra no espaço que estava sendo desocupado pela SMH.

Já na entrevista que realizamos com Francisco, quando surgiu o tema do *Café* propriamente dito, ele afirmou que a agenda nasceu de uma demanda dele para discussão de questões de abuso de poder por parte da polícia. No entanto, já no primeiro encontro, ficou claro para ele que aquela não seria a temática. Assim, após um primeiro *Café* marcado pelo seu enfrentamento, o próprio Francisco teria deixado de buscar discutir essas questões naquele espaço: “no primeiro *Café* deu problema, lembra? Ele não me deixava falar ... Ele tava até com raiva de mim! Quando eu vi que não era para isso eu deixei passar .... Ele mesmo disse isso”. Francisco, que não tem a mesma rede de contatos na máquina pública municipal que Raimundo e José dizem (e aparentam) ter (em função do trabalho que realizam pela R. A.), falou que o *Café* tem ajudado na interlocução com os gestores públicos: “o *Café* ajuda para buscar projeto. Não se fala de segurança. O *Café* tá ajudando é com os órgãos públicos”. Mas, criticou a falta de moradores, o horário e o local, que não tornam a reunião atrativa para a população.

## O espaço do Café Comunitário na UPP H

Muito embora, de uma maneira geral, a agenda dos *Cafés* seja organizada pelos comandos das UPPs – os quais determinam data, hora e local para as reuniões por eles conduzidas (DAVIES, 2014) –, o exemplo da favela Horizonte foge a este formato. Nesta, o comando da UPP havia convocado apenas uma reunião de *Café* – no início do ano de 2013 – para marcar a “comemoração” dos dois anos de sua instalação. No entanto, seja pela data/horário (sábado, às 8h), seja pela (falta de) divulgação, a reunião não teve quórum e não ocorreu.

No entanto, no fim de março de 2013, houve um incidente envolvendo moradores e policiais que serviu de estopim para o processo de organização daquela agenda. O ocorrido se deu nas imediações da Quadra do Largo, onde se realizava uma festa por ocasião da “Batalha do Passinho”<sup>16</sup>. Como havia muita gente tanto dentro quanto fora da quadra, a confusão e o bate-boca (oriundos de uma abordagem policial a um jovem rapaz da favela) tomaram grandes proporções, forçando, inclusive, a interrupção momentânea da “batalha” de dança que ocorria no interior da quadra. Nesse mesmo dia, algumas das “lideranças” ali presentes (sobretudo Anna e Tamara) falaram da necessidade de organizar um *Café* para discussão e tentativa de melhora da “questão da abordagem policial” e dos plantões de policiais que “dão mais problemas”.

Como a agenda estruturava-se dentro dos limites de atuação da UPP Social, o gestor da equipe de campo do programa responsável pela área (um dos autores deste trabalho) colocou-se à disposição para ajudar na sua organização. Após algumas semanas, depois de Anna ter incitado Tamara a organizar e presidir a agenda do *Café*, houve uma reunião entre este gestor da UPP Social e Tamara a fim de discutir a questão. Nela, a presidente da associação expôs a maneira como gostaria de organizar aquela agenda. Para ela, o ideal seria dividi-la em dois momentos: Um em que, em assembleia geral, os moradores da favela discutiriam e decidiriam sobre os problemas mais urgentes da localidade, aventando possíveis soluções, e outro, em que se realizaria uma série de “reuniões temáticas” nas quais a UPP (na figura de seu comandante) seria a protagonista. De acordo com Tamara, esse protagonismo era estrategicamente interessante porque a UPP teria mais condições políticas e institucionais de mobilizar agências do poder público para a reunião do *Café* e, por conseguinte, garantir a solução de demandas históricas da favela. Assim, segundo a presidente, “a comunidade” estaria “usando a UPP” – e não o contrário, “como vem acontecendo”. Para ela, a UPP estava instrumentalizando a “comunidade” ao desenvolver uma série de projetos e iniciativas sem consultar a rede de pessoas que já há muito estava presente na favela, realizando diversos tipos

de atividades. A agenda do *Café* poderia, para ela, subverter essa lógica a favor da rede local e dos moradores em geral. Com essa proposta em mente, Tamara sugeriu uma “pré-reunião” com os atores políticos locais atuantes cotidianamente já há muito tempo na comunidade para validar sua proposta e, então, colocá-la em prática.

Quase duas semanas depois desta conversa ocorreu a “pré-reunião”, na qual participaram os autores, outra representante da UPP Social, Fernando, Cristian, Tamara, Anna e Gonçalves (representante do Clube dos Homens a que nos referimos acima). Nesta “pré-reunião”, ocorrida na sala usada pelo Coletivo Juventude (liderado por Cristian), Tamara fez uma primeira exposição, e o tema da “violência” ou da “abordagem policial” (que já na conversa acima relatada ocupava o lugar de uma questão dentre outras, embora tenha sido a alavanca para a organização da agenda do *Café*) surgiu muito timidamente. A esse respeito, Fernando fala que “na reunião com a polícia, quem sofreu abuso tem que estar presente para falar com emoção”.

Na esteira da discussão sobre esse assunto, falou-se muito a respeito da “questão do estacionamento”. Dentre outros assuntos abordados, este assumiu grande destaque, e todos se mostraram muito irritados com o que chamaram de “abuso dos policiais” que, indo trabalhar com seus carros particulares, congestionam o tráfego local e subtraem dos moradores as vagas de estacionamento utilizadas tanto por eles próprios quanto por caminhões de descarga de mercadorias para abastecer o comércio local e veículos de agências do poder público. Uma das lideranças falou, ainda, que “eles [*os policiais*] dormem dentro do carro, fumam maconha dentro do carro, fazem de um tudo... todo mundo sabe o que eles estão fazendo”. Segundo as lideranças ali reunidas, em função da alta declividade da favela (e da relativa falta de espaço para estacionamento, manobra e carga e descarga de veículos automotores), todos esses problemas tornam-se mais dramáticos.

Além disso, debateu-se sobre a forma que o *Café* deveria assumir e, aqui, Cristian assumiu um protagonismo que se perpetuará ao longo de todo o processo. Depois de muita discussão<sup>17</sup>, a proposta de Cristian acabou prevalecendo, na qual se definiu a organização da agenda dos *Cafés* em ciclos de três reuniões (ou encontros): uma assembleia de moradores, uma reunião de “Café Comunitário” (da qual participariam as lideranças, uma comissão de moradores definida na assembleia, a UPP H e representantes das agências governamentais pertinentes) e outra reunião de “devolutiva” – na qual seriam apresentados aos moradores os desdobramentos daquela assembleia, sem discutir a inclusão de novas demandas no rol das já elencadas na reunião primeira<sup>18</sup>.

A assembleia ocorre na Quadra do Largo, cerca de 15 dias depois da “pré-reunião”, com a presença de 11 moradores (sem “vinculações institucionais”), de representantes do Clube dos Homens, dos autores, de outra representante da UPP Social, de Fernando, Cristian, Anna, Tamara, Edmilson (da ONG Florescer), um pesquisador da área de arquitetura, um fotógrafo (jovem morador

da comunidade) vinculado ao Coletivo Juventude e um grupo de estudantes e uma professora de uma universidade federal da cidade (que já havia realizado um trabalho de extensão na favela Horizonte). Marcada para 15h, a reunião começou efetivamente às 15h45 de um sábado, sendo conduzida por Cristian, que, durante o evento, comunicava-se com o público por meio de um microfone plugado em uma caixa de som e com o recurso da projeção de um *datashow* em uma tela de cor branca. As pessoas presentes ocuparam cadeiras dispostas em forma de “U”, à frente do qual Cristian, de pé, guiava a interação (tal qual uma espécie de mediador do encontro ou um “mestre de cerimônias”)<sup>19</sup>.

Após abrir a reunião explicando a metodologia de ciclos de três encontros e convocando os moradores a participarem (sem deixar de destacar que “é argumento que leva à força, não é grito, não é raiva”), Cristian passou a palavra para Tamara. Esta, além de dar informes sobre atividades da associação de moradores, fez coro à fala anterior acerca da “necessidade de participação dos moradores” tanto na rotina da associação quanto em momentos como aqueles. Após Cristian abrir a fala ao público, um morador pegou o microfone e abordou veementemente o problema (já aventado na “pré-reunião”) da ocupação das vagas de estacionamento pelos policiais da UPP, elencando os vários elementos de distúrbio (do ponto de vista da rotina dos moradores) daí derivados. Cristian, então, pediu para Claudia<sup>20</sup> digitar no laptop este problema como “entrada da comunidade” (e os dizeres apareceram na projeção). Fora isso, muitas das demandas clássicas foram colocadas na reunião (abastecimento d’água precário, sistema de saneamento básico inadequado, capina do mato de partes da “comunidade”, coleta de lixo por parte da Comlurb e descarte e queimadas irregulares por parte dos próprios moradores, circulação de animais – porcos, cabritos, cavalos – por espaços de uso comum da favela etc.) e todas foram, depois de digitadas no laptop, projetadas na tela afixada na trave superior de uma baliza da Quadra do Largo.

Em um determinado momento, Tamara retomou a questão do estacionamento, dizendo que esta reclamação deveria ser encaminhada ao capitão da UPP. Ela propôs também que todos os moradores donos de carro se dirigissem à sede da associação para realização de um cadastro. Para ela, dando informações (como nome, telefone, tipo do carro e número da placa), os moradores poderiam receber um adesivo para terem prioridade no estacionamento. Foi sobretudo com respeito a este tema que se expressou a insatisfação com relação à UPP. Claudia, a essa altura, disse haver uma norma legal que proíbe os policiais de se apresentarem nos seus locais de trabalho com carros particulares. De acordo com a letra da lei, acrescentou ela, os policiais devem se apresentar no batalhão e, de lá, dirigirem-se para a UPP em que trabalham com um veículo oferecido pela PM, que não ficaria na “comunidade”, mas retornaria ao local de origem, evitando os transtornos acima mencionados. A irritação dos moradores com a presença policial se manifestou nessa questão, bem como a impaciência e a intolerância frente a uma “posição arbitrária” que “não está nem aí para os moradores”.

Até então marginal no processo de construção da agenda, o comando da UPP vinha sendo contatado por Tamara, presidente da associação de moradores, desde a época da “pré-reunião” para ocupar um protagonismo que os organizadores da “metodologia por ciclos de reuniões” acreditavam caber a ele. No entanto, a presidente dizia que o capitão Olavo não respondia a suas chamadas ou estava com a “agenda apertada”. Em uma reunião no início de maio, a UPP Social e Tamara dividiram tarefas na organização do *Café* – o gestor do programa municipal comprometeu-se a entrar em contato com secretarias do poder público responsáveis por algumas das demandas levantadas na assembleia e a presidente disponibilizou-se a marcar uma reunião com o capitão Olavo para o dia seguinte. Como o capitão não dispunha de horário livre, a reunião ocorreu com o sargento Romualdo em um dos contêineres da UPP.

Depois de Tamara convidar a UPP a assumir o lugar para ela reservado pela “metodologia de ciclos de reuniões”, o sargento perguntou como poderia ajudar mais diretamente. Tamara falou da possibilidade de entrar em contato com as instituições do poder público e da provisão de um lanche para o *Café*. O sargento mostrou-se solícito e referiu-se a uma série de tentativas de encaminhamento de demandas (por ele protagonizada) para as devidas agências do poder público, além de indicar a “soldado de proximidade” Joyce para o trabalho de conseguir um “parceiro” para o fornecimento do lanche – que, de fato, foi por ela angariado.

Embora não tenha participado do processo de elaboração e implementação da agenda, o capitão Olavo fez-se presente na reunião do *Café*, ocorrida em meados do mês de maio. A reunião ocorreu no salão principal de um amplo equipamento público da Secretaria Municipal de Educação (SME) e foi organizada espacialmente de maneira muito semelhante à assembleia: à frente, Cristian conduzia a reunião com o auxílio da projeção (desta vez sem a presença de Claudia e sem o recurso do microfone); no lado oposto ao seu, a mesa de café da manhã estava posta; e, em duas fileiras de cadeiras, que corriam pelas laterais, o público se acomodava. Marcada para começar às 9h30, a reunião teve início às 10h30 e contou com a presença – além de Cristian, dos autores e do capitão Olavo – da diretora do equipamento em que se realizava o encontro (que chamaremos de Telma), de Fernando, Anna, Tamara, Edmilson, Simone (diretora da creche localizada ao lado do equipamento da SME), Marcos Lacerda (representante da Coordenadoria Geral de Conservação – CGC), Plínio Moraes (representante da Light), Rodolfo Pires (subsecretário de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Zoonoses), que foi acompanhado de dois gestores de sua subsecretaria, e Maurício (encarregado local da Comlurb).

Pouco antes de iniciar o *Café*, Cristian chamou Olavo e Tamara para uma parte mais reservada do salão para uma rápida conversa particular, na qual (como depois nos confidenciou) os instou (direcionando a sua fala particularmente ao capitão da UPP) a tomar uma atitude mais proativa naquele espaço, o qual era entendido por ele (Cristian) como coordenado e dirigido pelas

duas instituições por eles (Olavo e Tamara) representadas. Foi assim que Cristian, iniciando a reunião, passou a palavra primeiro a Tamara e depois ao capitão da UPP – os quais ocupavam duas das cadeiras disponíveis ao público presente. Tamara, de pé, fez uma rápida fala agradecendo a presença de todos e Olavo, na sequência e também de pé, fez uma fala igualmente rápida sobre a “importância do debate” e da “aproximação entre a UPP e a comunidade”. Ambos voltaram aos seus lugares e Cristian assumiu a direção da reunião<sup>21</sup>.

Apresentando a “metodologia de ciclos de reuniões”, Cristian remeteu ao exemplo do *Café* organizado pela UPP M, que, segundo ele, é um “exemplo fantástico” de como “esta agenda pode funcionar bem”, uma vez que por intermédio dela teria havido uma “mudança significativa” na relação (de ríspida à dialógica) entre UPP e lideranças naquele complexo de favelas<sup>22</sup>. Disse ele que, enquanto no complexo da UPP M a metodologia era realizar duas reuniões (uma da UPP com as lideranças e outra do *Café* propriamente dito), no caso da favela Horizonte a ideia era fazer ciclos de três reuniões cada.

Após apresentada a pauta da reunião (construída na assembleia), Tamara lembrou um caso (recente, naquela época) em que conseguiu que a Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae) resolvesse um sério problema da rede de saneamento básico da favela por meio do envio de um e-mail diretamente para o governador Sérgio Cabral, mas que, desde o fim das obras do Favela-Bairro (em meados da década de 1990), não houve manutenção da rede, trazendo problemas recorrentes para a “comunidade”. Nesse sentido, reforçou a necessidade da presença de um representante da Cedae em uma reunião como aquela e instou o capitão da UPP a “ajudar” nesta “solicitação”. Outros moradores também se manifestaram sobre esse problema em particular e Edmilson deu a ideia de fazer um mapeamento dos “pontos mais críticos”, sugestão que Cristian incorporou à sua proposta de fazer um ofício (assinado por todas as pessoas e instituições presentes) para enviar à Cedae reivindicando um programa ou projeto específico para a favela Horizonte – documento este no qual se deveria enfatizar a importância desta “comunidade” para o “próprio projeto de pacificação”, reforçando sua “legitimidade”. Todos concordam. E, ainda sobre este tópico, o representante da CGC referiu-se a um trabalho realizado no complexo de Morros, junto à subprefeitura, que deu resultados significativos, pois conseguiu resolver vazamentos irregulares de água e esgoto “de mais de dez anos”.

Na sequência, Cristian inseriu a discussão sobre “a entrada da comunidade”, referindo-se (ainda que de maneira “amigável” – o termo é dele – e pouco combativa) aos transtornos causados pelo grande número de policiais que ocupa as vagas e espaços comuns da favela com seus carros particulares durante os diversos plantões da UPP. O capitão, sentado, disse que “tão cedo não se conseguirá chegar a um consenso sobre esse assunto”. Disse ainda que não tinha condições de tratar do tema e que se fosse dar

atenção ao assunto teria que conferir, por exemplo, se as vans que transportam os moradores e comerciantes locais, bem como seus carros, estavam “dentro da lei”: “Se eu colocar um policial, só vai subir carro com tudo certinho, IPVA etc.”, diz o capitão Olavo. O capitão falou ainda que as oficinas mecânicas que se encontram na região mais baixa da “comunidade” também “estão erradas” e que se eles (policiais) fossem “pressionados” também iriam “passar a pressionar”.

Claudia fez uma fala mais nervosa sobre o “abuso policial” e referiu-se à lei que proíbe os policiais de chegarem ao local de trabalho com seus carros particulares. O capitão, sentado, respondeu que “se tiver uma regra” ele iria “fazer cumprir a regra, até porque é UPP”. Mas, disse ele, “não tenho como proibir os policiais de estacionarem aqui. Não temos condições adequadas de trabalho”. Tamara fez uma rápida intervenção falando da sua proposta de adesivos para os carros dos moradores como uma possível solução para o impasse e o capitão complementou: “porque o policial não pode ter o selinho?”. Outros dois moradores fizeram falas a respeito do assunto, destacando os problemas advindos da grande quantidade de policiais que ocupa aquelas vagas e lembrando que as situações e conflitos dependem, também, do plantão policial daquele momento. Outra moradora discorreu sobre o assunto, corroborando as falas anteriores e chegou-se a uma situação de impasse e “embaraço” (no sentido goffmaniano).

O “conceito de si mesmo” e a “projeção da definição da situação” (GOFFMAN, 1975) do capitão fundavam-se, muito claramente, na sua ideia de “autoridade policial”. Ele sentia as falas sobre a prática dos policiais utilizarem-se das áreas comuns da favela como um ataque à UPP – e reagiu à altura. Caso fosse pressionado, também iria “passar a pressionar”, utilizando-se, para isso, da “lei” – com todos os seus efeitos simbólicos naquela situação em particular. Os moradores, por outro lado, ao questionarem aquela autoridade, buscaram imprimir àquele momento e espaço rituais outra projeção e definição: Um espaço de diálogo (para resolução de um conflito no que tange à utilização do espaço comum da favela) e de observância da “lei” (da qual lançaram mão no intuito de pressionar a UPP em uma direção de mudança de postura). Construiu-se, ali, uma situação de impasse e embaraço que não seria mais desfeita. UPP, de um lado, representada pelo seu capitão, e moradores, de outro, nutriam expectativas e representações acerca da “ordem da interação” (Idem) e dos papéis de cada qual que eram mutuamente excludentes.

Há, então, uma inversão (histórica) interessante: os favelados, tradicionalmente acusados de estarem sempre à margem da letra da lei (e utilizando-se dos mais diferentes subterfúgios para não se deixar enquadrar pela norma legal), acusam a polícia (na figura do seu representante local de patente mais alta), em uma reunião pública em que ela é a sua promotora (ao menos formalmente), de agir cotidianamente na mais ampla inobservância de uma regra de conduta sancionada juridicamente e dirigida especificamente para o segmento da polícia militar (agente

de manutenção da ordem). O capitão não alega a inexistência (ou mesmo que se está fazendo uma má-interpretação) da lei, nem propõe uma maneira de se negociar com a população a resolução local e dialógica para o problema. Ao invés disso, sua postura é a de se contrapor com uma postura mais rigidamente legalista à insistência no tema da aplicação daquela lei em particular, o que absolutamente trava e impossibilita o prosseguimento do diálogo.

O capitão e outras pessoas que não participaram diretamente da discussão sugeriram que fosse feita outra reunião para debate sobre este tema, já que se precisava “aproveitar” aquele momento em que gestores públicos de outros setores estavam ali exclusivamente para participar da reunião. Muito ainda se discutiu sobre a concretização (ou não) da proposta de Tamara de produzir adesivos para os carros de moradores, mas igualmente aqui não se chegou a um consenso, ao que Cristian emplacou uma discussão sobre a data da reunião para se tratar do assunto “entrada da comunidade”.

Feito isso, a reunião ainda muito se prolongou, passando por diversos assuntos. Em um deles, quando Simone reclamava que “as famílias eram resistentes às mudanças nos hábitos de higiene” que a creche procurava proporcionar por meio das crianças e que as pessoas da “comunidade” jogavam lixo “em qualquer lugar”, inclusive no “telhado dos vizinhos”, o capitão Olavo destacou que “isso é um caso de polícia”. Segundo ele, é um “caso previsto em lei: Conduta inconveniente” e sugeriu que os moradores “procurem a UPP, a mediação, porque isso não pode, tá na lei”.

Ao final (perto das 13h), Cristian afirmou que certos problemas apenas serão resolvidos “com o tempo” e que a “metodologia de ciclos de reuniões” faz parte de uma tentativa de solucioná-los e de fazer da favela Horizonte “um modelo de favela para o Rio de Janeiro”. Em seguida, chamou Tamara e Olavo para encerrarem a reunião, reforçando que eram eles os “promotores da agenda”. Tamara apenas agradeceu a presença de todos e disse estar satisfeita com o resultado final da reunião. Olavo, por sua vez, reforçou que é “no mínimo uma sacanagem sem fim o cara jogar lixo no local em que já foi feito mutirão” e que “as demandas são conexas e que o grupo tem que resolver dentro as propostas”, agradecendo também aos presentes.

### **Considerações finais**

Analisando o caso da UPP M, o que nos salta primeiramente aos olhos é, por um lado, a evolução do espaço – isto é, a constituição histórica do momento de interação do *Café*, em que se foi forjando o que Goffman chama de “consenso operacional” (GOFFMAN, 1985, p. 19) como condição de possibilidade da interação. E, por outro, a postura do capitão ao conduzir a reunião, em que vemos nitidamente o lugar especificamente político que ele atribui à UPP.

A definição da *situação* do *Café* (definição sobre o que será ali discutido e tratado) foi um objeto de disputa na primeira das reuniões. Rivalizaram-se duas posições. Uma que entendia aquele espaço como lugar de discussão de questões relativas ao “desenvolvimento local” e, assim, como mediação entre população favelada e representantes de setores do poder público responsáveis pelo atendimento de demandas clássicas de favelas, e outra, que propunha o diálogo público acerca de problemas relativos ao policiamento local e ao papel da polícia na regulação da vida cotidiana (como na realização de eventos, por exemplo). Não havia “um acordo real quanto à conveniência de se evitar um conflito aberto de definições da situação” (Idem, pp. 18-19), e os participantes da interação ainda não haviam determinado em conjunto “uma única definição geral da situação, que implica não tanto um acordo real sobre o que existe, mas, antes, um acordo real quanto às pretensões de qual pessoa, referentes a quais questões, serão temporariamente acatadas” (Idem, p. 18).

Esse momento da primeira reunião foi crucial, pois banuiu do espaço e do momento rituais do *Café* algo vivamente presente na vida cotidiana local: A questão do policiamento local e dos episódios de violência protagonizados pelos policiais da UPP. A estratégia do capitão, depois desta primeira reunião, de fazer uma pré-reunião apenas com os presidentes das associações de moradores para antecipar o caráter da reunião do *Café* foi claramente uma tentativa, que se mostrou exitosa, de pré-definir a *situação* da reunião, o que mostra sua posição de poder (GASTALDO, 2008).

Operando este movimento, vimos que o capitão se coloca como via de acesso privilegiada aos órgãos e gestores públicos responsáveis pelo atendimento de demandas locais (como iluminação pública, resolução de áreas de risco, acúmulo de lixo, pavimentação e saneamento básico, dentre outras). Ademais, ele parece entender o “Café Comunitário” como um espaço em que, diante daqueles gestores públicos, os moradores (em geral) e as lideranças (em particular) explicitem (com maior detalhe) os problemas que necessitam de intervenção, e onde se façam as interlocuções indispensáveis para que o “desenvolvimento local” seja catalisado. Neste lugar<sup>23</sup>, coloca-se, inclusive, como tendo fácil e direto acesso ao próprio secretário de Segurança Pública, a quem não hesitará em recorrer para “pressionar os órgãos”.

Em conversa informal, o capitão afirma, por outro lado, que é muito prejudicial para a polícia o discurso oficial de que depois da chegada da UPP os serviços públicos serão melhor ofertados. Isso porque, permanecendo a ausência (ou a precariedade) destes, diz ele, “a UPP é que acaba sendo culpada”. A postura do capitão, longe de ser contraditória, é, antes, muito conveniente, pois, ao mesmo tempo em que se coloca como agente diretamente comprometido com o esforço de promoção do “desenvolvimento local” (por meio de uma pressão sobre os gestores públicos pela via da “convocação” para o espaço do *Café*), diz que esse mesmo trabalho é um “a mais” que seu comando realiza, o qual não pode ser responsabilizado pela possível negligência do poder público no que diz respeito ao

atendimento satisfatório daquelas demandas que estamos chamando de clássicas por serem históricas. É nisso, também, que consiste a ambiguidade do seu papel – ambiguidade funcional para o trabalho desenvolvido pela (e para a imagem pública da) UPP. O capitão se coloca como via de acesso àqueles gestores e órgãos (e, assim, como agente público que concentra e encaminha demandas aos setores responsáveis) e, ao mesmo tempo, como “agente civil”, isto é, como “liderança” ou “ator local” que faz coro à (e igualmente constitui a) fala e à reivindicação de moradores e lideranças locais, que exigem do poder público a resolução daquelas demandas. Aqui, o capitão coloca-se como “porta-voz da comunidade”. Ademais, o capitão também se coloca, nas reuniões, como intermediador por excelência da relação entre uns (gestores) e outros (moradores e lideranças). Entendendo os dois pontos de vista, colocando-se no lugar de uns e de outros, o capitão sente-se no papel de “azeitar” a relação e “fortalecer os vínculos” que o espaço que “ele cria” ajuda a construir.

Já no caso da UPP H, o que vemos é um contexto muito diferente. Lá, o que se vê é uma “rede local” (constituída não só pela associação de moradores) que, em virtude de um caso de conflito entre polícia e moradores, demanda da UPP a promoção do espaço do *Café*. Mais do que isso, trata-se de uma rede que reivindica do capitão uma postura de maior comprometimento com o (que chamam de) “desenvolvimento local”. Os atores que compõem a rede (com três dos quais realizamos entrevistas em profundidade) reclamam da “passividade” e “omissão” do capitão, que pouco “traz para si” a responsabilidade de agente comprometido com as questões mais amplas da favela – para além do problema do policiamento. Participando pouco de reuniões compostas e organizadas pela rede local, o capitão, quando se faz presente, é criticado por “ficar de cabeça baixa” e ser muito “tímido” e “calado” – características que as lideranças entendem não ser compatíveis com o cargo de “capitão de UPP”.

Assim, no caso da UPP H, vemos uma tentativa de fazer o capitão exercer um papel que ele em absoluto não quer ocupar. O diálogo entre UPP e população (mesmo que para tratar de temas outros que não necessariamente o do policiamento) é uma demanda da rede local, é um esforço de emulação de outras experiências de *Cafés* – mesmo que controlada. Não é, portanto, um movimento institucional da UPP liderado entusiástica e convictamente pelo seu capitão, como é o caso da UPP M. Além disso, o momento concreto de interação da reunião do *Café*, além de não ocorrer em um espaço da UPP, é pré-organizado e pré-definido exclusivamente pelos moradores e lideranças, sendo a UPP convidada a compor o movimento na condição de figura-chave. É como se a rede local organizasse o palco e o cenário para que a UPP (na figura de seu capitão) ocupasse um espaço que só ela pode ocupar, mas que insiste em dele se desincumbir. Enquanto à UPP M se atribui o “repertório do social” (TEIXEIRA, 2014), a UPP H dele foge e se desobriga, mesmo em face da tentativa da rede local da favela Horizonte de colocá-la como parceira de destaque em articulações com vistas à resolução de demandas de ordem urbanística e social.

Há, no entanto, um ponto em comum entre ambos os espaços das UPPs: A eliminação do tema da segurança pública e do policiamento local da pauta de discussão pública. No caso da UPP H, embora surgido de um evento de conflito entre policiais e moradores, o processo de construção da agenda do *Café* metamorfoseou as questões da violência e da truculência policiais no problema de uso do espaço comum da favela por civis e militares. Já no caso da UPP M, houve um trabalho particular de seu capitão direcionado à retirada daquela questão do âmbito de discussão do *Café* – além de uma resistência a, de fato, realizar as reuniões em um espaço físico outro que não o da UPP<sup>24</sup>. E, como mostrou Davies (2014, pp. 32, 36), analisando 14 “reuniões comunitárias” organizadas por 4 diferentes UPPs (no período de janeiro a julho de 2013), o tema do controle da população sobre o policiamento local é insistentemente retirado da pauta da discussão pública por parte dos comandos das unidades de polícia. Esse é, para nós, um ponto fundamental.

As UPPs, embora se entendam como política pública, constituem-se, na prática, como um experimento (uma experimentação de tentativa e erro) – e isso porque carecem de uma normatização legal que estabeleça um modelo claro e uniforme de atuação da polícia militar no contexto específico das unidades de polícia pacificadora. Assim, há uma grande heterogeneidade (que este trabalho busca expressar) encontrada nos modos concretos de configuração das relações entre população favelada e policiais militares no contexto de instalação de UPPs. Se, por um lado, o processo errático e pragmático de construção deste experimento (o que implica a falta de uma precisa normatização legal) é virtuoso do ponto de vista da elaboração prática e inovadora de uma alternativa ao modo tradicional de atuação da polícia militar nos territórios favelados, por outro, ele permite a sujeição das populações destas favelas a um alto grau de discricionariedade dos comandantes das UPPs, dificultando a proliferação de estratégias de cooperação e mesmo colocando em risco as inovações positivas desses experimentos<sup>25</sup>. Apesar dessa lacuna, o discurso oficial em torno das UPPs é o de que, praticando o “policiamento de proximidade”, elas têm como horizonte de sentido o “policiamento comunitário”, cujo traço essencial é precisamente a participação e o protagonismo público na gestão e coordenação locais do serviço público de segurança. No entanto, embora no horizonte<sup>26</sup>, “não há qualquer definição formal sobre as etapas a cumprir para que a migração do policiamento de proximidade para o policiamento comunitário ocorra” (RODRIGUES e SIQUEIRA, 2012, p. 42).

Portanto, a falta de mecanismos institucionais de avaliação, controle e revisão das práticas policiais em contextos de UPPs (mecanismos, pois, de controle externo do trabalho policial) e a inexistência de canais de participação da população na discussão e elaboração da gestão local da segurança pública são traços que estão na raiz da possibilidade de decadência do experimento das UPPs. Pelo que podemos observar, o espaço dos *Cafés* contém, em germen, a potencialidade de lócus privilegiado tanto da participação quanto do controle externo.

Os casos por nós estudados confirmam (com sobras) a ideia de que estas participação e controle externo constituem-se em uma sólida e consistente demanda da população das favelas abarcadas pelo experimento das UPPs. E que a agenda dos *Cafés* pode tornar-se efetivamente um espaço que seja o cerne de uma política concreta voltada para implementação daquele “policimento comunitário”. Mas, para isso ocorrer, nos parece necessário que as UPPs superem esta fase (já longa demais) de parca regulação legal e institucional. O desenvolvimento daquele traço virtual do espaço dos *Cafés* é que se coloca, portanto, na ordem do dia para o fortalecimento da experiência das UPPs e sua gradual transformação em uma política pública não apenas mais sólida jurídica e institucionalmente, como também mais democrática e cidadã. Em outras palavras, esta virtualidade do espaço dos *Cafés* guarda em si a possibilidade de que o experimento das UPPs concorra para uma estável e firme política de segurança pública.

---

## Notas

<sup>1</sup> Informações retiradas do sítio eletrônico das UPPs, disponível (on-line) em: [http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)

<sup>2</sup> A validade do conceito de ideologia, sobretudo em função das críticas avassaladoras de Foucault, 1979, não é consensual. Quanto a isto, gostaríamos apenas de enfatizar que, na esteira de Thompson (1995), entendemos a *ideologia* como um sistema de ideias capaz de preservar, reforçar e legitimar relações assimétricas de poder por meio da ocultação e simplificação do real.

<sup>3</sup> O Decreto nº 42.787, de 6 de janeiro de 2011 (norma legal do executivo estadual que dispõe mais diretamente sobre as UPPs), no seu inciso III, art. 2º, fala em “reintegração da comunidade à sociedade democrática”. O sítio eletrônico oficial das UPPs afirma ainda, por sua vez, que “a atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias”.

<sup>4</sup> Para uma construção positiva da gentrificação como “renovação urbana”, ver série do jornal *O Globo*, disponível (on-line) em: <http://oglobo.globo.com/infograficos/gentrificacao-cidade-em-transe/> Para uma crítica da gentrificação como ideologia e uma reconstrução do seu histórico como fenômeno urbano, ver Smith (2012).

<sup>5</sup> Nossa experiência de trabalho no programa ocorreu de julho de 2011 a julho de 2013 e pudemos trabalhar, ao fim e ao cabo, em oito áreas de UPP. O trabalho de campo para fins de construção deste artigo, no entanto, ocorreu de fevereiro a agosto de 2013.

<sup>6</sup> Estamos chamando de “áreas de favela” aquelas extensões territoriais reconhecidas pela prefeitura como Assentamentos de Baixa Renda (ver: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/>) e que de fato informam os perímetros de atuação da UPP. Ademais, todos os dados que usaremos daqui para frente são do IPP e do IBGE e datam de 2010. Eles estão disponíveis em números exatos no site da UPP Social, disponível (on-line) em: <http://uppsocial.org/>

<sup>7</sup> Conta com uma sede física ampla e estruturada (com dois grandes salões, um banheiro e duas outras salas), uma secretária que atua no horário comercial e uma dupla que a dirige (presidente e vice-presidente – que chamaremos de Raimundo e José) e tem boa interlocução com diversos setores da prefeitura e do setor privado. A dupla também trabalha na região administrativa, canalizando praticamente todo o seu tempo de trabalho para a execução das atividades relativas à gestão da associação de moradores.

<sup>8</sup> Embora o trabalho de campo aqui apresentado tenha se dado já sob a nova presidência do IPP, a atuação de ambos os autores ainda respondia ao projeto do idealizador do programa, Ricardo Henriques. Em agosto de 2012, este deixou a presidência do IPP e foi substituído por Eduarda La Rocque, que operou mudanças significativas dentro do programa, levando, em última instância, à substituição do nome UPP Social por Rio+Social (agosto de 2014).

<sup>9</sup> Ver Decreto nº 33.347, de 3 de janeiro de 2001.

<sup>10</sup> Para mais informações sobre as diretrizes e objetivos do UPP Social, ver Henrique e Ramos (2011); para uma análise da sua execução prática, ver Couto e Lima (2012), Rocha (2014) e Nunes (2013).

<sup>11</sup> O trabalho de Cesar Teixeira mostra como, da interação complexa desses dois conjuntos de repertórios, se produz o tipo ideal (no sentido weberiano) do *policial social*. Nossa análise (corroborando a de Teixeira) permite vislumbrar o quanto este tipo de atuação policial é ao mesmo tempo entendida como necessária por parte das UPPs e demandada por parte da população das favelas abarcadas pelo experimento da UPP.

<sup>12</sup> Foram duas entrevistas diferentes: Uma com Francisco e outra com Raimundo e José.

<sup>13</sup> Participaram desta reunião cerca de 22 pessoas. Além do major do CPP, do comandante, subcomandante e soldados da UPP: representantes da UPP Social, de órgãos públicos (Cedae, Região Administrativa e Clínica da Família) e do setor privado (Light e SESI); lideranças locais (Francisco, José, Raimundo, Fábio – então presidente da associação de moradores da favela do Gás – e Ronaldo); o dono de um conhecido estabelecimento comercial da favela Aurora e cerca de quatro moradores sem “vinculações institucionais”, por assim dizer.

<sup>14</sup> Não sabemos ao certo se esta estratégia ocorreu para todas as reuniões seguintes, mas para a primeira (a que acima nos referimos) sabemos que não.

<sup>15</sup> Em conversas com moradores por conta da viabilização de uma atividade da RioLuz em uma das localidades abarcadas pela UPP M, pudemos ver que há uma percepção coletiva de que a participação das reuniões do *Café* pode acarretar represálias por parte do tráfico de drogas local. Uma moradora, ao ser indagada por nós acerca do motivo de não encaminhar, naquela reunião, o problema relativo à coleta do lixo na rua onde mora, afirmou que “é perigoso ir à UPP, você sabe...”.

<sup>16</sup> Série de eventos organizada pelo produtor cultural Júlio Ludemir que, em 2013, ocorreu em 16 “áreas de favelas pacificadas”. Para mais informações sobre o evento, ver: [http://www.uppsocial.org/acao\\_parceria/batalha-do-passinho/](http://www.uppsocial.org/acao_parceria/batalha-do-passinho/)

<sup>17</sup> Por exemplo, Anna sugeriu que no início da assembleia com os moradores fossem expostas “coisas bacanas que vêm sendo realizadas” pela “rede local” e Cristian alertou para o risco (a ser evitado) de a assembleia se transformar em um momento de “catarse coletiva”. Segundo ele, as pessoas têm que se expressar mais ordenadamente que de costume e “quem for tocar a assembleia tem que ter pulso para educar as pessoas a serem propositivas”.

<sup>18</sup> Discute-se muito ainda sobre os dias de cada reunião, chegando-se à conclusão de que a assembleia e a reunião de devolutiva deveriam ser realizadas no final de semana (para garantir maior presença de moradores) e o *Café* propriamente dito em algum dia de semana (para garantir a presença de gestores públicos responsáveis).

<sup>19</sup> Antes do início da reunião, imagens de ações já realizadas pelos grupos ali presentes foram projetadas no telão (mutirões de coleta de lixo, “camelôs educativos”, visitas de gestores públicos etc.), seguindo a sugestão de Anna (dada na “pré-reunião”).

<sup>20</sup> Claudia é uma “jovem de projeto”, tendo participado de diversas atividades tanto do Grupo Prev. e do Coletivo Juventude, além de ter sido “agente de campo” da UPP Social. Atualmente, compõe um grupo de dança local e se intitula como uma “moradora atuante”.

<sup>21</sup> Entusiasta do programa da “pacificação” (entendido como uma “janela de oportunidades”), Cristian critica fortemente a postura do capitão da UPP que considera muito “tímido” e relutante para assumir o papel de agente comprometido com o “desenvolvimento local” por meio de diálogo com as lideranças em geral e com a população mais ampla em particular. Cristian diz, inclusive, que, em diversas reuniões das quais participou ao lado do capitão Olavo, este permaneceu grande parte do tempo de “cabeça baixa”, sem fazer “uma única fala”.

<sup>22</sup> Cristian refere-se à mesma UPP cujo *Café* aqui analisamos também. Nessa época, Cristian estava mais próximo da vida associativa do complexo de Morros porque uma instituição que desenvolve um “trabalho social” de aulas de futebol com jovens na favela Horizonte (via Coletivo Juventude) estava em processo de expansão de suas atividades para aquele complexo e ele o estava acompanhando.

<sup>23</sup> Em 2010, Machado da Silva já indicava o risco (do ponto de vista normativo e valorativo da democracia) de os comandantes das UPPs assumirem funções de mediação (antes típicas das associações de moradores) entre a população favelada e agências e instituições supralocais.

<sup>24</sup> Em diversas reuniões, o próprio capitão discorreu sobre a necessidade de “fazer o *Café* circular”, mas nenhuma das reuniões de que participamos foi realizada fora do espaço da própria UPP.

<sup>25</sup> Desse modo, concordamos amplamente com a proposição de Rodrigues e Siqueira (2012, p.41) de que “a ausência de mecanismos institucionais claros de monitoramento, avaliação e revisão das práticas [das UPPs] resulta em um desperdício desse potencial criativo e no risco de que as UPPs se tornem fruto das inclinações particulares de seus comandantes. O que ocorre, hoje, com as UPPs é que o sucesso de cada unidade depende, em grande medida, da competência e da boa vontade de seu comandante”.

<sup>26</sup> Como mostram, novamente, Rodrigues e Siqueira (2012, p. 41), “o que costuma ser posto pelo discurso dos gestores responsáveis pelas UPPs é que elas, hoje, praticam o policiamento de proximidade, cuja característica fundamental é a presença diuturna em determinada área e uma interação mais estreita com a população local, mas, no futuro, podem tornar-se unidades de policiamento comunitário. Esse é, aliás, o único horizonte definido oficialmente pelos gestores das UPPs, além da promessa de que elas ‘vieram para ficar’”.

## Referências

- BOLTANSKI, Luc [e] CHIAPELLO, Ève. (2009), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- CANO, Ignácio; BORGES, Doriam [e] RIBEIRO, Eduardo (orgs). (2012), *Os donos do morro: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo, Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, LAV/Uerj.
- CARVALHO, Monique Batista. (2013), “A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura”. *O Social em Questão*, Ano XVI, n° 29, pp. 285-308.
- CAVALCANTI, Mariana. (2013), “À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 6, n° 2, pp. 191-228.
- COUTO, Maria Isabel Macdowel [e] LIMA, Raquel Guilherme de. (2012), “A UPP Social e a lógica do Vamos Combinar: Um estudo de caso da nova política pública do município do Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado no VI Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, Quito, Equador.
- DAVIES, Frank Andrew. (2014), “Rituais de ‘pacificação’: Uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Vol. 8, n° 1, pp. 24-46.
- DIAS, Vanessa [e] WETZEL, Ursula. (2010), “Empreendedorismo como ideologia: Análise do enfoque da revista Exame em dez anos de publicação (1990-99)”. *Revista de Ciências Humanas*, Vol. 44, n° 1, pp. 97-118.
- FOUCAULT, Michel. (1979), *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FREHSE, Fraya. (2008), “Erving Goffman, sociólogo do espaço”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, Vol. 23, n° 68, pp. 155-166.
- GASTALDO, Edison. (2008), “Goffman e as relações de poder na vida cotidiana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, Vol. 23, n° 68, pp. 149-153.
- GOFFMAN, Erving. (1985), *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- HENRIQUES, Ricardo. (2012), “Entrevista”. *Cadernos do Iser: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro, Iser, Ano 31, n° 67.
- HENRIQUES, Ricardo [e] RAMOS, Sílvia. (2010), “UPPs Social: Ações para a consolidação da pacificação”. Disponível (on-line) em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>
- GONÇALVES, Rafael Soares. (2011), “O mercado de aluguel nas favelas cariocas e sua regularização numa perspectiva histórica”. *GEOgraphia*, Vol. 13, n° 26, pp. 114-135.
- \_\_\_\_\_. (2013), *Favelas do Rio de Janeiro. História e direito*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio.
- \_\_\_\_\_; MAGALHÃES, Alex Ferreira [e] SIMÕES, Soraya Silveira. (2013), “Apresentação. Grandes eventos, múltiplos impactos, grandes mobilizações”. *O Social em Questão*, Ano XVI, n° 29.
- LA BARRE, Jorge de. (2013), “Choque de futuro: O Rio dos megaeventos”. *O Social em Questão*, Ano XVI, n° 29, pp. 43-68.
- LEEDS, Anthony [e] LEEDS, Elizabeth. (1978), *Sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.

- LEITE, Márcia Pereira. (2000), “Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, Vol. 15, nº 44, pp. 73-90.
- \_\_\_\_\_. (2012), “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: Favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Vol. 6, nº 2, pp. 374-389.
- \_\_\_\_\_. (2014), “Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 7, nº 4, pp. 625-642.
- LIMA, Nísia Trindade. (1989), *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: Políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação (mestrado), IUPERJ.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (1967), “A política na favela”. *Cadernos Brasileiros*, Ano IX, nº 41, pp. 35-47.
- \_\_\_\_\_. (1993), “Violência urbana: Representação de uma ordem social”. Em: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro [e] BARREIRA, Irllys Alencar (orgs). *Brasil urbano: Cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Notrya.
- \_\_\_\_\_. (1994), “Violência e sociabilidade: Tendências da atual conjuntura urbana brasileira”. Em: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz [e] SANTOS JR, Orlando Alves dos (orgs). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1999), “Criminalidade violenta: Por uma nova perspectiva de análise”. *Revista de Sociologia e Política*, nº 13, pp. 115-124.
- \_\_\_\_\_. (2002a), “A continuidade do ‘problema da favela’”. Em: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- \_\_\_\_\_. (2002b), “Da informalidade à empregabilidade (reorganizado a dominação no mundo do trabalho)”. *Caderno CRH*, nº 37, pp. 81-109.
- \_\_\_\_\_. (2004a), “Sociabilidade violenta: Uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas”. Em: SILVA, Itamar (org.). *Rio: A democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro, Ibase.
- \_\_\_\_\_. (2004b), “Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. *Sociedade e Estado*, Vol. 19, nº 1, pp. 53-84.
- \_\_\_\_\_. (2004c), “Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil urbano”. Em: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). *Metrópoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo e Rio de Janeiro, Perseu Abramo/Fase, pp. 291-315.
- \_\_\_\_\_. (2008), *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- \_\_\_\_\_. (2010), “Afinal, qual é a das UPPs?” Disponível (on-line) em: [http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf)
- \_\_\_\_\_. (2010b), “‘Violência urbana’, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual”. *Caderno CRH*, Vol. 23, nº 59, pp. 283-300.
- \_\_\_\_\_. (2011a), “Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira”. *Etnográfica*, Vol. 15, nº 1, pp. 67-82.

- \_\_\_\_\_. (2011b), “Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais. Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 4, n° 4, pp. 663-698.
- \_\_\_\_\_. (2012a), “A partir do relatório SAGMACS: As favelas, ontem e hoje”. Em: MELLO, Marco Antonio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; FREIRE, Letícia de Luna [e] SIMÕES, Soraya Silveira. (2012), *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Garamond.
- \_\_\_\_\_. (2012b), “As UPPs, a linguagem da violência urbana e a sociabilidade no Rio de Janeiro”. Em: SANTOS, Angela Moulin S.; MARAFON, Glaucio José [e] SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs). Rio de Janeiro: *Um território em mutação*. Rio de Janeiro, Gramma/Faperj.
- \_\_\_\_\_. [e] LEITE, Márcia Pereira. (2004), “Favelas e democracia: Temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas”. Em: SILVA, Itamar (org). Rio: *A democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro, Ibase.
- MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. (2013), *Transformações no ‘problema favela’ e a reatualização das remoções no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), Iesp, Uerj.
- MARTINS, Carlos Benedito de Campos. (2008), “Nota sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, n° 68, pp. 137-144.
- MOURÃO, Barbara Musumeci. (2013), “UPPs: Uma política de que gênero?”. Relatório parcial da pesquisa: *Mulheres Policiais nas UPPs: Experiências e Representações*. Rio de Janeiro, Cesec.
- NUNES, Joana Marie G. F. (2013), *Formulação e implementação da UPP Social Carioca: Os desafios de transformar ideias em práticas*. Tese (doutorado), PPED-IE, UFRJ.
- PEIRANO, Mariza. (2002), “A análise antropológica dos rituais”. Em: *O dito e o feito: Ensaio de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: Nuap/UFRJ.
- ROCHA, Lia de Mattos. (2013), *Uma favela ‘diferente das outras’? Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão*, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Quartet/Faperj.
- \_\_\_\_\_. (2014), “Da ‘cidade integrada’ ao ‘empreendedorismo’: Participação e gestão nas margens em tempos de ‘pacificação’” (versão preliminar). Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.
- ROCHA, Lia de Mattos [e] SILVA, Itamar. (2008), “Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: O discurso e a ação como reversos do medo”. Em: JUSTIÇA GLOBAL (org). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll.
- RODRIGUES, André [e] SIQUEIRA, Raíza. (2012), “As unidades de polícia pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro”. *Cadernos do Iser: Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e reflexões*. Rio de Janeiro, Iser, Ano 31, n° 67.
- SMITH, Neil. (2012), *La nueva frontera urbana. Ciudad revanchista y gentrificación*. *Traficantes de sueños*.
- THOMPSON, John B. (1995), *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes.
- WEBER, Florence. (2009), *Trabalho fora do trabalho: Uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro, Garamond.

**DANIEL SOARES RUMBELSPERGER RODRIGUES**

(danielsoaresrodrigues@gmail.com) é doutorando em sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Possui mestrado em sociologia pelo Iesp e graduação em ciências sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF, Brasil).

**MARIA ISABEL MACDOWEL COUTO**

(mariaisabelmacedowell@gmail.com) é doutora e mestre em sociologia pelo Iesp da Uerj e graduada em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Brasil).